

# DOCUMENTOS DE DEFESA E A FORÇA DE SUBMARINOS



Capitão de Corveta Carlos Augusto de Lima

## 1 INTRODUÇÃO

Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END), Livro Branco de Defesa Nacional e Plano Brasil 2022. Todos estes são marcos legais que visam a transmitir, em especial, à sociedade em geral, à Academia e aos setores empresariais, a política de Estado do país no que tange à pauta Defesa.

A PND, elaborada em 2005 e revista em 2012, é o documento de mais alto nível do planejamento de Defesa. Está voltada, prioritariamente, contra ameaças externas e estabelece objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, em todas as esferas do Poder Nacional, seja militar ou civil.

A END, elaborada em 2008 e revista também em 2012, estabelece diretrizes para a adequada preparação e capacitação das Forças Armadas (FFAA), de forma a garantir a segurança do país em tempos de paz e em situações de crise. A END trouxe para o debate público a necessidade de equipamentos das FFAA e de reorganização da indústria de defesa e o domínio nacional de tecnologias

avançadas.

O Livro Branco de Defesa Nacional, de dezembro de 2010, considerado referência em transparência no trato de assuntos de Defesa, é um livro para os cidadãos brasileiros, com foco nas ações em andamento e nos desafios vislumbrados para a Defesa do País.

No Plano Brasil 2022, de dezembro de 2010, que podemos considerar um Plano de Metas a ser atingido até o ano do bicentenário da Independência, uma das metas é assim descrita, com todas as letras: “lançar ao mar o submarino a propulsão nuclear”. É com essa “emissão” na marcação da Marinha do Brasil (MB) que vamos tratar do “aspecto” da Força de Submarinos (ForSub).

## 2 DESENVOLVIMENTO

Após compilar o quadro tático de todos os documentos acima descritos e filtrar ruídos espúrios, a solução política adotada foi o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), a fim de proteger o patrimônio natural da Amazônia Azul e garantir a soberania do Brasil no mar, através da expansão da Força Naval e do desenvolvimento da

indústria de defesa, em consonância com os objetivos do Estado Nacional. Ainda em 2008, era firmado um acordo com a França, para a transferência de tecnologia, abrangendo um programa de construção de quatro submarinos convencionais (S-BR) e do primeiro submarino de propulsão nuclear (SN-BR).

Além dos cinco submarinos, o PROSUB contempla a construção de um complexo de infraestrutura industrial e de apoio à operação dos submarinos, que engloba os Estaleiros, a Base Naval e a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), no município de Itaguaí, estado do Rio de Janeiro.

A visão de futuro da Força de Submarinos que poderia ser assumida, em resumo, é estar capacitada a operar, com segurança e excelência, os meios do PROSUB, os quatro submarinos Classe “Tupi” e o Submarino “Tikuna”.

No entanto, os Projetos de Defesa do Poder Nacional são diretamente dependentes do poder econômico do país e da necessidade de atender às diversas demandas da sociedade.

O Orçamento de Defesa será sempre parcela correspondente do Produto Interno Bruto e da vontade política de comprometer porcentagem deste com a Defesa do país. Os documentos de Defesa dialogam com a sociedade e com a opinião pública, apresentando que Defesa é Pesquisa e Desenvolvimento em diversas áreas do conhecimento, tecnologia dual, ensino nos diversos níveis de formação, programas de qualificação profissional e apoio ao esporte, especialização em diversas áreas do conhecimento necessárias para a gestão do “universo militar”, segurança nos mais amplos aspectos, empregabilidade de uma gama de profissionais – médicos, dentistas, engenheiros, psicólogos, bibliotecários,

pedagogos, e muito mais, projetos integrados a diversos outros ministérios (transporte de órgãos, por exemplo), ações cívico-sociais (ACISO), assistência médico-hospitalar em áreas de difícil acesso, ações de defesa civil e até mesmo, de garantia da lei e da ordem.

Apesar de a conjuntura político-econômica do país causar impacto nos orçamentos de diversas pastas, em especial na pasta do Ministério da Defesa, e contribuir para a necessidade de um novo planejamento de recebimento de meios, em especial na reprogramação de datas de entrega e incorporação dos mesmos, afetando as metas traçadas para a formação e emprego efetivo de pessoal qualificado, a ForSub tem abraçado este desafio, com a tradicional competência desta Força centenária.

A atualização de datas do planejamento inicial é uma oportunidade para revisar os processos em andamento e ajustar, principalmente, o gerenciamento de formação de pessoal (em especial de Praças) e a capacidade de manutenção dos meios a serem incorporados.

Além disso, é oportunidade para reforçar e extrair, ao máximo, o programa bilateral com a França, através de intercâmbios de Oficiais e Praças, seja no processo de condução de meios ou de formação de pessoal, enviando militares para aquele país ou convidando militares para participarem de nossos processos como observadores, com a transferência de conhecimento de procedimentos operativos e de formação de pessoal.

Os submarinistas conhecem os fatores de força da arma submarina: o fator surpresa, seu poder de ocultação, a necessidade de seu pré posicionamento tático e sua capacidade de não contribuir para a escalada de uma crise.

Recentemente, a imprensa mundial noticiou o deslocamento de navios de superfície da Marinha dos Estados Unidos da América em direção ao Sudeste Asiático e ao Mar da China, gerando grande apreensão sobre um possível conflito entre EUA e Coreia do Norte. Mas, pergunta-se: quantos submarinos já estavam operando na região, sem alarde, sem percepção popular mundial de crise?

Uma Força de Submarinos adestrada e profissional, independente da conjuntura de um país em desenvolvimento, tende a disponibilizar recursos de forma extremamente cíclica, restritiva e não-prioritária para a área de defesa, face ao desempenho dos índices econômicos e à necessidade de atender outras demandas da sociedade. Este fator traz, inclusive, desafios diferenciados para a composição permanente de uma Base Industrial de Defesa e consequente autonomia, desenvolvimento e independência tecnológicos.

### 3 CONCLUSÃO

A leitura dos documentos de introdução deste texto confere à Defesa do Brasil uma boa visibilidade e céu claro perante seus cidadãos e a comunidade internacional. Termos do Setor de Defesa (e não Setor Militar) como paz, solução pacífica de conflitos, dissuasão, diálogo

e cooperação internacionais, participação civil, responsabilidade ao proteger (não criar mais instabilidade do que aquela que está tentando evitar ou limitar), confiança e respeito mútuo e liderança civil são as linhas de atuação do Poder Nacional. Está claro que o objetivo é contribuir para a paz mundial e não conquistar, subjugar ou explorar.

O Brasil decidiu por adotar uma política estratégica dissuasória e uma estratégia marítima de defesa de negar o uso do mar ao inimigo, deixando o oponente com o arbítrio de lidar com Forças de Defesa de envergadura compatível com as necessidades de proteção do patrimônio nacional e preservação dos recursos para que as futuras gerações de brasileiros possam buscar seu desenvolvimento econômico-social.

O PROSUB contribui para além dessa capacidade. Contribui para o desenvolvimento econômico, na medida em que estimula a indústria de defesa e capacita o parque industrial e o capital humano do país. Esta capacidade também colabora para que o país enfrente menos resistência para seu desenvolvimento e progresso, em especial o científico-tecnológico, tão sujeito a atitudes de “não-proliferação” por parte das Grandes Potências, fruto da política permanente de intimidação, mal simulada, como o próprio Plano Brasil 2022 relata.



Figura 1: Visita do Ministro da Defesa Raul Jungmann ao Submarino Tupi.



Figura 2: Visita do Ministro da Defesa Raul Jungmann ao Submarino Tupi.